



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

**CAPA DOS DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL – RGF**

Este RGF, referente ao segundo quadrimestre de 2022, foi elaborado com base nos dados consolidados extraídos do Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira e Sistema de Contabilidade Geral, em conformidade com o previsto no artigo 165, parágrafo 3º da Constituição Federal e os artigos 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Ao assinar digitalmente esta capa dos demonstrativos do RGF, também estarei assinando os demonstrativos listados na tabela abaixo.

<b>ANEXOS</b>	<b>DEMONSTRATIVOS</b>
1	Demonstrativo da Despesa com Pessoal
2	Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
3	Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
4	Demonstrativo das Operações de Crédito
6	Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

Em reais

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
1	<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>15.942.090.328,36</b>	<b>8.750.353,84</b>
2	Pessoal Ativo	9.304.253.849,51	835.524,35
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.004.317.294,97	757.197,72
4	Obrigações Patronais	1.299.936.554,54	78.326,63
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	6.187.477.732,71	43.665,91
6	Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.143.025.699,11	30.289,91
7	Pensões	1.044.452.033,60	13.376,00
8	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	450.358.746,14	7.871.163,58
9	Despesa de Pessoal não executada Orçamentariamente	0,00	0,00
10	<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>2.338.733.606,10</b>	<b>21.700,79</b>
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.033.809,97	295,78
12	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	29.439.278,40	0,40
13	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	73.623.268,46	8.028,41
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.215.637.249,27	13.376,20
15	<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>13.603.356.722,26</b>	<b>8.728.653,05</b>

CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.421.583.196,85	
17	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	10.478.416,13	
18	(-) Transferências obrigatórias da União relativa às emendas da bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	3.990.000,00	
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	36.407.114.780,72	
20	<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>13.612.085.375,31</b>	<b>37,39</b>
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 48,60%	17.693.857.783,43	48,60
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%	16.809.164.894,26	46,17
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	15.924.472.005,09	43,74

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA  
CNPJ: 01.409.080/001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

CAMPO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ôlimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)		
		LIQUIDADAS														
		set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	maio/22	jun/22	jul/22	ago/22		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
1	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.180.993.800,83	1.217.745.683,62	1.214.168.790,75	1.462.111.950,17	1.185.913.424,44	1.183.996.300,54	1.316.267.276,80	1.330.305.185,46	1.344.146.548,70	1.396.456.277,57	1.357.365.333,68	1.752.619.745,80	15.942.090.328,36	8.750.353,84	
2	Pessoal Ativo	696.589.869,06	724.363.167,14	720.241.138,03	961.892.854,52	695.919.120,84	687.807.803,34	769.611.814,60	774.507.569,69	797.328.654,61	848.045.614,66	805.614.791,98	822.331.131,04	9.304.253.849,51	835.524,35	
3	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	596.880.015,06	620.633.447,14	617.765.772,52	829.196.788,43	610.009.868,91	584.427.535,62	662.367.507,63	663.417.720,00	689.118.366,18	734.819.530,49	697.673.805,65	707.861.935,94	8.004.317.294,97	757.197,72	
4	Obrigações Patronais	69.698.853,46	103.729.720,00	102.475.365,91	132.698.066,09	85.899.251,93	103.380.267,52	107.244.306,97	111.084.869,09	108.210.588,43	113.226.064,17	117.840.986,33	114.489.196,10	1.299.938.554,54	78.326,63	
5	Pessoal Inativo e Pensionistas	478.734.530,40	487.568.778,65	487.546.687,31	452.567.059,82	489.560.088,65	486.932.288,09	537.513.061,52	551.345.315,67	538.873.412,85	547.784.688,31	547.236.867,54	547.213.874,50	6.187.477.732,71	43.665,91	
6	Apogeadonárias, Reserva e Reformas	394.485.779,42	404.735.141,87	404.649.439,92	416.645.222,25	402.526.574,36	401.267.406,97	446.337.898,17	461.429.549,12	445.160.691,48	450.762.551,86	456.675.298,30	454.943.634,95	5.143.025.696,11	30.269,91	
7	Pensões	84.218.750,98	83.233.136,78	82.997.047,39	82.997.047,39	75.922.736,57	86.633.994,29	85.664.881,12	91.175.163,35	89.935.766,56	89.686.810,97	91.022.136,45	91.691.569,24	92.270.039,01	1.044.452.033,60	13.376,00
8	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	5.699.401,37	5.414.237,83	6.281.165,41	7.651.136,83	433.344,95	9.256.200,91	1.142.400,68	4.482.280,10	7.944.181,24	6.625.974,04	4.383.674,16	383.074.039,86	450.358.746,14	7.871.163,58	
9	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II)	179.765.110,42	184.219.497,88	183.325.569,96	398.177.996,87	162.621.648,25	156.500.895,65	177.893.873,44	177.987.964,57	174.217.114,41	183.202.674,17	178.704.095,03	187.140.125,25	2.338.713.606,10	21.700,79	
11	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.048.907,56	2.417.313,59	1.820.599,83	2.234.278,94	1.681.912,22	1.820.599,83	1.681.912,22	1.522.728,90	1.342.526,45	1.438.164,79	1.267.945,75	1.422.406,63	20.033.809,97	295,78	
12	Decorrentes de Decisão Judicial	59.529,37	123.630,83	120.639,63	112.783,87	1.027.460,25	1.067.845,43	1.486.230,11	1.368.032,35	1.256.992,21	9.275.275,12	2.622.210,67	10.979.348,60	29.439.278,40	0,40	
13	Despesas de Exercícios Anteriores	3.717.890,97	3.247.463,19	3.689.453,78	23.000.542,93	9.115.208,50	3.036.270,69	3.244.253,74	2.968.867,50	5.009.079,01	6.577.589,68	4.115.538,52	5.421.119,95	73.623.268,46	8.028,41	
14	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	179.338.792,52	178.401.160,29	177.714.876,62	372.770.391,15	150.885.398,98	162.214.887,61	166.617.680,63	172.388.568,27	166.513.978,40	166.166.423,86	169.317.250,07	2.215.637.249,27	15.376,20		
15	DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	1.001.228.690,41	1.033.526.185,74	1.030.843.220,79	1.063.933.953,30	1.023.291.786,19	1.027.495.404,89	1.143.396.363,36	1.152.317.200,89	1.169.929.434,29	1.213.253.603,40	1.178.661.238,66	1.565.479.620,35	13.693.356.722,26	8.728.633,66	
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR												% SOBRE A ROL AJUSTADA		
16	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													36.421.583.196,83		
17	(i) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (E.I. art. 166 da CF) (V)													10.478.416,13		
18	(j) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas das bancadas (art. 166, § 16, da CF) (VI)													3.900.000,00		
19	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													36.407.114.780,72		
20	DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II + III b)													13.612.085.375,31		
21	LIMITE MÁXIMO (incisos I e II, art. 20 da LRF) (X)													17.693.857.783,43		
22	LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) (X) = (0,95 x X)													16.809.164.894,26		
23	LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) (X) = (0,90 x X)													15.924.472.005,09		

FONTE: SIOFINET / SOG / ECONOMIA-GO

NOTAS:  
1. Implementação de mudanças no mapeamento em razão da entrada de vigência do MDF 12º edição, conforme Síntese das Alterações - 12ª Edição, publicadas pela STN em 31/01/2022 e 14/03/2022:

- a) Inclusão, na linha "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis" a ND 3.1.92.00.00 - APLICAÇÃO DIRETA DE RECURSOS RECEBIDOS DE OUTROS ENTES.
- b) Inclusão, na linha "Obrigações Patronais" a ND: 3.1.90.04.15 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - CONTRATO TEMPORÁRIO, tendo em vista a alteração do elemento 04 na Portaria 163 STN/SOF e no MCAOP 8ª edição, que permite que as obrigações patronais e outras despesas variáveis sejam registradas nesse elemento, e considerando que alguns entes da Federação estão empenhando as obrigações patronais de pessoal contratado por tempo determinado no grupo de natureza de despesa 01 e elemento 04.
- c) Inclusão, na linha "Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)", da conta contábil 8.6.3.3.2.0.00 DESPESA COM PESSOAL NAS ENTIDADES COM CONTRATO DE GESTÃO, tendo em vista as orientações da Nota Técnica SEI nº 45/99/2020/ME, a respeito do registro dos valores das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do ente da Federação e que recebem recursos financeiros da administração pública.
- d) Inclusão, na linha "Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente", da conta contábil 8.6.3.3.1.00.00 DESPESA COM PESSOAL NÃO EXECUTADA ORÇAMENTARIAMENTE, para registro das despesas com pessoal que deveriam ser executadas orçamentariamente no período de referência do demonstrativo, mas que não passaram por essa execução, conforme orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais.

e) Correção das regras das linhas de DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF) para considerar, no item "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", os elementos de despesas associados aos RPPS, combinados com suas fontes de recursos específicas, e exclud, dos demais itens das Deduções, as FR de RPPS e SPSM, quando for o caso, para retrair as despesas custeadas com esses recursos, conforme alteração já realizada para o mapeamento de 2021, constante da Síntese de Alterações dos mapeamentos, publicada no dia 08/11/2021.

2. Comparação do total da liquidação apurada pelo Estado de Goiás, com relação ao apurado pelo SICONFI no rascunho do Anexo 1 do RGF, com base nos Recursos de Saldos Contábeis:

LINHA	APURAÇÃO ESTADO DE GOIÁS (A)	RASCUNHO MSC 2º QUADRIMESTRE (B)	TOTAL (C) = (A+B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.942.090.328,36	15.942.090.328,36	0,00
Pessoal Ativo	9.304.253.849,51	9.290.719.237,24	13.534.612,27
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.054.317.294,97	7.990.782.582,70	13.534.612,27
Obrigações Patronais	1.299.938.554,54	1.299.938.554,54	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.187.477.732,71	6.201.012.344,98	-13.534.612,27
Apogeadonárias, Reserva e Reformas	5.143.025.699,11	5.143.025.699,11	0,00
Pensões	1.044.452.033,60	1.057.986.545,87	-13.534.612,27
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	450.358.746,14	450.358.746,14	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II)	2.338.713.606,10	2.312.662.552,64	26.071.053,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	20.033.809,97	20.033.809,97	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	29.439.278,40	29.439.278,40	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	73.623.268,46	52.499.941,30	21.123.327,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.215.637.249,27	2.215.637.249,27	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	13.603.356.722,26	13.629.427.775,72	-26.071.053,46

- a) Alteração do rascunho no total de R\$ 13.534.612,27 executado na ND 3.1.90.91.16, no período de janeiro a junho de 2022, invertendo valores classificados inicialmente pela MSC na linha de "Pensões", para a linha de "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis".
- Mapeamento do STN definido que 3.1.90.91.16 entra na linha de "Pensões", negra seguida pelo Estado de Goiás até a emissão do MSC referente ao mês de junho/2022.
- Para a União, essa natureza de Despesa tem descrição de "Sentenças Judiciais Não Transitado em Julgado de Pensãoista Civil", e desta forma, estava correta a classificação como "Pensões".
- Porém, em Goiás, é utilizada para pagamento de "Requisição de pequeno valor (Rilva)", sem identificação se de Alvo/Inativo/Pensionista, e se de Civil/Militar. O que impossibilita o correto direcionamento do DEPARA no SICONFI para separação dos valores, considerando que na União correspondia a seis ND distintas: 3.1.90.91.20 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Alvo Civil; 3.1.90.91.21 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Alvo Militar; 3.1.90.91.22 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Alvo Militar; 3.1.90.91.23 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Pensãoista Militar; 3.1.90.91.30 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Pensãoista Civil; e 3.1.90.91.31 - Sentença Judicial de Peq. Valor - Pensãoista Militar.
- A solução encontrada foi elevar o DEPARA de ND 3.1.90.91.16 para a ND 3.1.90.91.89, que na União tem descrição de "Outras sentenças Judiciais". E nesta condição, entra conforme Mapeamento da STN, para a linha de "Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis", o que foi efetivado a partir da MSC de junho.
- b) Para os casos de despesa com DEA, a LRF e o MDF estabelecem que poderá ser deduzida a despesa cujo fato gerador esteja fora do período dos 12 meses que compõem a despesa com pessoal. Essa informação, no entanto, não consta nas informações orçamentárias da despesa e, para refletir essa orientação, cada Proter e órgão terá de ajustar o seu demonstrativo. No mapeamento para a geração automática no SICONFI, a regra estipulada foi a dedução das despesas com DEA somente no último quadrimestre, não havendo, portanto, dedução nos dois primeiros quadrimestres. Assim, para fins de preenchimento do SICONFI, a despesa registrada no elemento 92 não será deduzida nos 1º e 2º quadrimestres e será considerada integralmente no 3º quadrimestre do exercício de referência. (Mapeamento MDF 12ª edição, para implementação no SICONFI).
- c) Seguindo a instrução do Mapeamento quanto a despesa empenhada no elemento 92, constante no item "b", o demonstrativo foi ajustado.
- Valor de R\$ 4.947.726,30 corresponde aos valores das despesas liquidadas no elemento 92 com fonte vinculada aos RPPS (FR 800, 801, 802 e 803), que compõe a linha de "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".
- Valor de R\$ 21.123.327,16 corresponde aos valores das despesas liquidadas no elemento 92 com demais fontes, que compõe a linha de "Despesas de Exercícios Anteriores no Período da Apuração".



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 2021 A AGOSTO DE 2022

Em reais

NOTAS: 3. O Manual de Demonstrativos Fiscais determina que: "O total de Restos a Identificar as despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas. Como para apuração da despesa total com pessoal soma-se a realizada no mês em referência com as do onze imediatamente anteriores, nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos, devendo esse fato ser informado em nota explicativa." (MDF 12ª edição, pág. 524-525).

a) Divergências identificadas em relação ao rascunho do SICONFI elaborado com base na Matriz de Saldos Contábeis:

LINHA	APURAÇÃO ESTADO DE GOIÁS (A)	RSCUNHO MSC 2º QUAD/2022 (B)	TOTAL (C) = (A+B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.750.353,84	404.947.796,54	396.197.442,70
Pessoal Ativo	835.524,35	835.524,35	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	757.197,72	757.197,72	0,00
Obrigações Patronais	78.326,63	78.326,63	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	43.665,91	30.289,71	-13.376,20
Aposentadorias, Reservas e Reformas	30.289,91	30.289,71	-0,20
Pensões	13.376,00	0,00	-13.376,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	7.871.163,58	404.081.982,48	396.210.818,90
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPENSAVAS (§ 1º, art. 19 da LRF) (II)	21.700,79	295,78	-21.404,61
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	295,78	295,78	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,40	0,40	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	8.028,41	0,00	-8.028,41
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.376,20	0,00	-13.376,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.728.653,05	404.947.500,36	396.218.847,31

b) O valor de R\$ 0,20 da linha de "Aposentadorias, Reservas e Reformas" referente ND 31900313 e R\$ 13.376,00 da linha "Pensões" referente ND 31900108, na abertura do exercício de 2022 foram lançadas na conta 5311 no CO 0000. Porém, para 2022 o mapeamento busca os valores para as linhas específicas nos CO's 1111/2111 + 1151/2151. Soma destes dois valores (R\$ 13.376,20) também não está sendo considerado na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados", considerando que não entrou no bruto. Porém, o valor de RAP constou do fechamento do 6º BIm/2021, razão de estar presente neste demonstrativo.

c) O valor de R\$ 8.028,41 de inscrição em RAP nas ND 31909207, 31909210 e 31909275 da linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da Apuração" não está sendo buscado pela MSC em atenção ao mapeamento para o SICONFI, que manteve como regra a busca do elemento 02 somente no último quadrimestre. Porém, como constou no relatório do 6º BIm/2021, manteve-se neste demonstrativo.

d) Ao final de 2021 o total de RAP apurado para a linha "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)" foi de R\$ 7.871.163,58 (que corresponde à ND 33903401), que em 2022 está registrado na conta 5311. MSC está somando mais R\$ 396.210.818,90 que está contabilizado na conta 86332 (DESPESA COM PESSOAL NAS ENTIDADES COM CONTRATO DE GESTÃO). Perfazendo R\$ 404.081.982,48. O saldo das contas iniciadas em 86332 está sendo considerado pelo MAPEAMENTO/SICONFI nas linhas das despesas executadas mensalmente (do exercício) e também na coluna de INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS. O que gera duplicidade da informação. Considerando que a execução refletida na 86332 é do exercício, estes valores foram considerados nas colunas da "Despesa Executada" e mantido o valor publicado no 6º BIm/2021 quanto aos RAP's.

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2022 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

Campo	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	23.030.006.668,61	23.381.563.478,49	23.801.005.869,14	
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	
3	Dívida Contratual	21.758.100.961,47	21.905.090.212,16	22.593.789.090,18	
4	Empréstimos	9.266.019.798,20	8.627.051.151,96	8.457.297.683,67	
5	Internos	9.218.284.955,85	8.586.803.284,33	8.414.923.325,26	
6	Externos	47.734.842,35	40.247.867,63	42.374.358,41	
7	Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	12.318.264.172,68	13.107.770.804,23	13.967.861.471,85	
8	Financiamentos	0,00	0,00	0,00	
9	Internos	0,00	0,00	0,00	
10	Externos	0,00	0,00	0,00	
11	Parcelamento e Renegociação de dívidas	167.796.099,65	164.247.365,03	162.609.043,72	
12	De Tributos	4.053.916,74	3.206.385,97	2.614.532,79	
13	De Contribuições Previdenciárias	6.024.758,33	5.472.436,05	4.862.226,28	
14	De Demais Contribuições Sociais	156.028.247,90	154.442.615,55	154.537.902,19	
15	Do FGTS	226.270,58	212.511,10	206.950,02	
16	Com Instituição Não Financeira	1.462.906,10	913.416,36	387.432,44	
17	Demais Dívidas Contratuais	6.020.890,94	6.020.890,94	6.020.890,94	
18	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.271.905.707,14	1.476.473.266,33	1.207.216.778,96	
19	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	
20	DEDUÇÕES (II)	8.562.212.495,60	9.973.969.737,38	11.819.719.773,46	
21	Disponibilidade de Caixa¹	8.561.646.744,39	9.973.964.591,26	11.819.714.612,49	
22	Disponibilidade de Caixa Bruta	9.251.620.579,75	11.370.382.839,89	12.952.007.121,23	
23	(-) Restos a Pagar Processados	689.973.835,36	610.981.161,43	339.547.272,77	
24	(-) Depósitos Restituitivos e Valores Vinculados	0,00	785.437.087,20	792.745.235,97	
25	Demais Haveres Financeiros	565.751,21	5.146,12	5.160,97	
26	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	14.467.794.173,01	13.407.593.741,11	11.981.286.095,68	
27	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.545.320.020,20	33.372.360.273,26	36.421.583.196,85	
28	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	5.720.535,52	5.844.508,68	10.478.416,13	
29	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.539.599.484,68	33.366.515.764,58	36.411.104.780,72	
30	% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I / VI)	73,02	70,07	65,37	
31	% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III / VI)	45,87	40,18	32,91	
32	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%	63.079.198.969,36	66.733.031.529,16	72.822.209.561,44	
33	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%	56.771.279.072,42	60.059.728.376,24	65.539.988.605,30	

  

Campo	OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
34	PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	
35	PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)²	0,00	0,00	0,00	
36	PASSIVO ATUARIAL	91.481.702.150,40	91.481.702.150,40	91.481.702.150,40	
37	RP NÃO-PROCESSADOS	3.347.362.042,79	1.738.240.389,59	981.452.664,31	
38	ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	
39	DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	
40	APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	200.664.520,29	201.511.921,52	202.839.962,97	

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

- NOTAS:
- Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada", ou, no caso da Dívida Previdenciária, na linha "Obrigações não integrantes da DC". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor deverá ser (0) "zero".
  - Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
  - Linha "Insuficiência Financeira (3)", somente será preenchida quando o valor da linha Disponibilidade de Caixa for negativa no quadro da DC.



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIAS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2022 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

- NOTAS:
4. Alterações advindas da implementação do Mapeamento instituído pela STN para o MDF 12ª edição, conforme Síntese das Alterações de 31/01/2022 e de 14/03/2022, disponível em <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9\_ID\_PUBLICACAO\_ANEXO:15410> e Nota Técnica SEI nº 31804/2021/ME (<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/?p=2501:9:::9:P9\_ID\_PUBLICACAO\_ANEXO:13733>):
- a) Inclusão da linha "(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados", como dedução da disponibilidade de caixa bruta, de modo a adequar o demonstrativo às definições de Caixa e Equivalente de Caixa que está compondo a 9ª edição do MCASP, conforme aprovado na 4ª reunião extraordinária da CTCONEF, realizada em 2/6/2021. Tendo em vista que os valores já estarão evidenciados, a linha "Depósitos e Consignações sem contrapartida" foi excluída do quadro "Outros valores integrantes da DC".
- b) Exclusão da linha "Insuficiência Financeira", do quadro "OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC", conforme apresentado na 28ª Reunião da CTCONEF, realizada em junho de 2020, quando foi solicitado o adiamento da alteração para a presente edição.
- c) Inclusão de contas contábeis CC: 1.1.1.3.1.00.00, 1.1.1.3.3.00.00, 1.1.1.3.4.00.00 e 1.1.1.3.5.00.00 no item "Disponibilidade de Caixa Bruta".
- d) Mapeamento das contas contábeis 2.1.8.8.1.00.00, 2.1.8.8.3.00.00, 2.1.8.8.4.00.00, 2.1.8.8.5.00.00, 2.2.8.8.1.00.00, 2.2.8.8.3.00.00, 2.2.8.8.4.00.00 e 2.2.8.8.5.00.00 no novo item "(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados".
- e) No item "Demais Haveres Financeiros":
- i) Inclusão de contas contábeis CC: 1.1.3.5.1.08.00, (-) 1.1.4.9.1.01.00, (-) 1.1.4.9.1.02.00, (-) 1.1.4.9.1.03.00, (-) 1.1.4.9.1.04.00, (-) 1.1.4.9.1.99.00, (-) 1.2.1.1.3.99.99, (-) 1.2.1.1.4.99.99, (-) 1.2.1.1.5.99.99;
- ii) Alteração das contas contábeis DE CC: (-) 1.2.1.1.3.99.00, (-) 1.2.1.1.4.99.00, (-) 1.2.1.1.5.99.00 PARA CC: (-) 1.2.1.1.3.99.03, (-) 1.2.1.1.4.99.03, (-) 1.2.1.1.5.99.03; e
- iii) Exclusão da conta 1.1.4.1.1.15.00, por ter sido excluída do PCASP 2022.
- f) Em 14/03/2022, foi efetuada exclusão do mapeamento da linha de "Apropriação de Depósitos Judiciais", tendo em vista que foi identificada a necessidade de aprofundamento da discussão técnica sobre a definição das contas destinadas ao registro dos passivos decorrentes da utilização dos recursos de depósitos judiciais pelos entes, conforme a legislação pertinente. Porém, considerando que o Estado de Goiás já constava com Dívida Consolidada registrada nesta linha, desde 2021, e considerando que o MDF informa que somente serão baixadas com sua quitação, foi mantido o mapeamento anterior: "Mapeamento das seguintes contas contábeis, inseridas no PCASP 2022, no item "APROPRIAÇÃO DE DEPOSITOS JUDICIAIS": CC: 2.1.8.9.1.01.05, 2.1.8.9.3.01.05, 2.1.8.9.4.01.05, 2.1.8.9.5.01.05, 2.1.8.9.1.01.06, 2.1.8.9.3.01.06, 2.1.8.9.4.01.06 e 2.1.8.9.5.01.06".
- g) Manutenção da conta 6.2.2.1.3.07.00 e exclusão da conta 6.3.2.7.0, do item "(-) Restos a Pagar Processados" no mapeamento do Anexo 2 do RGF, de modo a observar o disposto na Nota Técnica SEI nº 11577/2019/ME e evitar potencial duplicidade de valores.
- h) Alteração da informação complementar para efetuar a exclusão dos valores do RPPS DE: PO RPPS PARA: FR RPPS do item "(-) Restos a Pagar Processados" no mapeamento do Anexo 2 do RGF.

5. Não foram consideradas como parte integrante da Dívida Consolidada, as provisões e apropriações por competência, registradas na conta 86321, no montante de R\$ 226.449.260,22.

6. A DCL do Estado de Goiás poderá vir a incluir os Passivos Contingentes provenientes do Fundo de Aporte à Celg D - FUNAC (Lei nº 17.555, de 20/01/2012), que tem o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Celg D de pagamentos de contingências, cujo valor reconhecido no Balanço Patrimonial da Celg Distribuição S.A - Celg D em 31/12/2019 era de R\$ 957.369 milhões, ao final de 2020 passou a R\$ 973.510 milhões (Nota Explicativa 10. Créditos Especiais) e ao final de 2021 fechou em R\$ 774.402 milhões (conforme Anexo de Riscos Fiscais da LDO 2023). E das ações judiciais controladas pela PGE, que ao final de 2019 totalizavam R\$ 4.586.904.739,36 conforme Nota Técnica nº 1/2020 – GAPGE (Processo SEI 201900004098643). Em 31/12/2020, conforme informado pela Procuradoria-Geral do Estado (Processo SEI 202000004080858), totalizavam R\$ 12.513.199.374,00. E em 31/12/2021, conforme Ofício Circular nº 282/2021 – PGE – processo SEI nº 202100003018325 R\$ 37.857.709.159,18. Considerando os passivos contingentes relacionados, abaixo apresenta-se a DCL Potencial e o percentual sobre a RCL Ajustada:

Memória de Cálculo - DCL Potencial	1º Quadrimestre/2022	2º Quadrimestre/2022	3º Quadrimestre/2022
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>13.407.593.741,11</b>	<b>11.981.286.095,68</b>	
Passivo Contingente - Celg D (Anexo de Risco Fiscal LDO 2023)	774.402.000,00	774.402.000,00	
Passivo Contingente - Ações judiciais (BGE - Ofício Circular nº 282/2021 – PGE – Processo SEI nº 202100003018325)	37.857.709.159,18	37.857.709.159,18	
<b>DCL Potencial</b>	<b>52.039.704.900,29</b>	<b>50.613.397.254,86</b>	
RCL	33.372.360.273,26	36.421.583.196,85	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	5.844.508,68	10.478.416,13	
<b>RCL Ajustada</b>	<b>33.366.515.764,58</b>	<b>36.411.104.780,72</b>	
<b>% (DCL Potencial / RCL Ajustada)</b>	<b>155,96%</b>	<b>139,01%</b>	

Goiania, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2022 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

Campo	GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
4	AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
7	ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	90.443.409,00	73.325.303,00	76.457.152,00	
8	Em Operações de Crédito Externas	86.307.460,00	69.738.454,00	73.423.077,00	
9	Em Operações de Crédito Internas	4.135.949,00	3.586.849,00	3.034.075,00	
10	POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	
11	<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>90.443.409,00</b>	<b>73.325.303,00</b>	<b>76.457.152,00</b>	
12	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.545.320.020,20	33.372.360.273,26	36.421.583.196,85	
13	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	5.720.535,52	5.844.508,68	10.478.416,13	
14	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	31.539.599.484,68	33.366.515.764,58	36.411.104.780,72	
15	<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V / VIII)</b>	<b>0,29</b>	<b>0,22</b>	<b>0,21</b>	
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	6.938.711.886,63	7.340.633.468,21	8.010.443.051,76	
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	6.244.840.697,97	6.606.570.121,39	7.209.398.746,58	

  

Campo	CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
18	DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
19	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
20	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
21	DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
22	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
24	DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
25	Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
26	Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
27	EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
28	<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
29	<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>				

Fonte: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Nota: 1. Elaborado conforme Metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, definida no MDF 12ª Edição, válida para exercício de 2022.

2. As Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas correspondem ao saldo das contas contábeis n.º 8.1.2.1.1.02 - Execução de Garantias Concedidas no Exterior e n.º 8.1.2.1.1.01 - Execução de Garantias Concedidas no País, respectivamente. Ressalta-se que, no mapeamento dos demonstrativos fiscais (MDF - 12ª Edição), não ficou definido as contas contábeis das Garantias Concedidas às Entidades Controladas em Operações de Crédito Externas e Internas.

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia



ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO  
CNPJ: 01.409.580/0001-38  
PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022  
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RELATORIO DE GESTAO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2022 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

Em reais

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
1	Mobiliária	0,00	0,00
2	Interna	0,00	0,00
3	Externa	0,00	0,00
4	Contratual	0,00	0,00
5	Interna	0,00	0,00
6	Empréstimos	0,00	0,00
7	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
8	Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
9	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
10	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (I)	0,00	0,00
11	Externa	0,00	0,00
12	Empréstimos	0,00	0,00
13	Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
14	Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
15	Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
16	Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação1 (II)	0,00	0,00
17	<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
CAMPO	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
18	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.421.583.196,85	
19	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	10.478.416,13	
20	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	36.411.104.780,72	
21	OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
22	TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
23	LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	5.825.776.764,92	16,00
24	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	5.243.199.088,42	14,40
25	OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
26	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.548.777.334,65	7,00
CAMPO	OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
		No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
27	Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
28	Tributos	0,00	0,00
29	Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
30	FGTS	0,00	0,00
31	Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
32	Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária  
de Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia





ESTADO DE GOIÁS  
Secretaria de Estado da Economia  
Controladoria-Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

UF: ESTADO DE GOIÁS - PODER EXECUTIVO

PERÍODO DE REFERÊNCIA: JANEIRO A AGOSTO DE 2022 / QUADRIMESTRE MAIO-AGOSTO

CNPJ: 01.409.580/0001-38

PERÍODO: 2º QUADRIMESTRE/2022

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48)

Em reais

CAMPO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE
1	Receita Corrente Líquida	36.421.583.196,85
2	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	36.411.104.780,72
3	Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	36.407.114.780,72

CAMPO	DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
4	Despesa Total com Pessoal - DTP	13.612.085.375,31	37,39
5	Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%	17.693.857.783,43	48,60
6	Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,17%	16.809.164.894,26	46,17
7	Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 43,74%	15.924.472.005,09	43,74

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
8	Dívida Consolidada Líquida	11.981.286.095,68	32,91
9	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	72.822.209.561,44	200,00

CAMPO	GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
10	Total das Garantias Concedidas	76.457.152,00	0,21
11	Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.010.443.051,76	22,00

CAMPO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
12	Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
13	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.825.776.764,92	16,00
14	Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
15	Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.548.777.334,65	7,00

FONTE: SIOFI-NET / SCG / ECONOMIA-GO

Goiânia, 27 de setembro de 2022.

Assinado digitalmente pelo Governador  
do Estado de Goiás

Assinado digitalmente pela Secretária de  
Estado da Economia

Assinado digitalmente pelo Secretário de Estado-Chefe  
da Controladoria-Geral do Estado

Assinado digitalmente pelo Superintendente  
Contábil da Secretaria de Estado da Economia